

Poder, cultura das mídias e novas mídias

Power, media culture and new media

■ ROBIN MANSELL *

RESUMO

Este artigo examina de maneira crítica alguns dos argumentos e contra-argumentos direcionados à Sociedade da Informação. É dada especial atenção às origens da visão predominante sobre sociedades que são cada vez mais dependentes de tecnologias da informação e da comunicação e do processamento de informações. Embora alguns pensadores entendam que esse fato está intimamente associado com sociedades cada vez mais informadas, o presente artigo destaca algumas das perspectivas mais críticas a esse respeito. Questiona-se também se, à luz da expansão da Internet e como celeiro de novas plataformas digitais, haveria evidência de alguma mudança sustentável nas relações de poder que pudesse gerar maior igualdade.

Palavras-chave: Sociedade da Informação, Novas Mídias, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Relações de Poder, Igualdade

ABSTRACT

This paper critically examines some of the claims and counterclaims about the Information Society. It gives particular attention to the origins of the predominant vision of societies that are every more dependent on information and communication technologies and the processing of information. Though some assume that this is intimately associated with increasingly knowledgeable societies, this paper highlights some of the more critical perspectives on this view. It also considers whether, in the light of the spread of the Internet and as host of new digital platforms, there is evidence of any sustainable shift in power relations that might yield greater equality.

Keywords: Information Society, New Media, Information and Communication Technology, Power Relations, Equality

* Professora e diretora do Departamento de Mídias e Comunicações da London School of Economics & Political Science (LSE). Foi presidente da International Association for Media and Communication Research (IAMCR). Sua pesquisa trata das políticas sociais e econômicas associadas com as tecnologias de informação e comunicação.

*It was the best of times, it was the worst of times,
it was the age of wisdom, it was the age of foolishness,
it was the epoch of belief, it was the epoch of incredulity,
it was the season of Light, it was the season of Darkness,
it was the spring of hope, it was the winter of despair,
we had everything before us, we had nothing before us...*

(Dickens, 1859: 1)

1. Artigo originalmente elaborado para ser traduzido em alemão e incluído nos anais da Conferência do DGPuK 2009 *Media Culture in Change* (Cultura das Mídias em Mudança), apresentado inicialmente na conferência como palestra de abertura, Universidade de Bremen, 30 de abril de 2009.

INTRODUÇÃO¹

O RÓTULO «NOVAS MÍDIAS» está intimamente associado à Sociedade da Informação e com uma visão particular dos progressos no uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Para economistas que acompanham o desenvolvimento das TICs digitais, esses termos estão associados a uma perspectiva de que ideias e tecnologias inovadoras deveriam «abastecer» o desenvolvimento econômico. Tal visão se cristalizou depois da Segunda Grande Guerra no momento em que cientistas, engenheiros e matemáticos interessaram-se por sistemas de controle que pudessem tornar real a esperança na contribuição da inteligência artificial e da robótica para a melhoria da vida de trabalhadores e da sociedade como um todo (ver Shannon e Weaver 1949; Wiener 1956; e Mansell 2009b).

As inovações nesse tipo de tecnologia geralmente resultam em tecnólogos com «brinquedos» novos e é comum imaginar que, se for possível construir versões em miniatura e melhoradas dessas tecnologias, elas podem ser comercializadas para o benefício de usuários no mundo todo. O principal objetivo dos economistas é empregar as tecnologias de maneira a favorecer estratégias de produtividade, que por sua vez estimulariam o desenvolvimento econômico. Espera-se que a informação digital e os conteúdos das novas mídias, produzidos a um preço relativamente baixo e com circulação em redes globais, forneçam a base para isso. Essa é a expectativa predominante de nosso tempo. Contudo, como sugiro neste artigo, é necessário nos voltarmos mais para a questão das táticas e estratégias que possibilitariam às técnicas digitais de produção sociocultural serem utilizadas para o benefício de todos, mais do que de uma minoria em posição de adquirir as habilidades necessárias para viver num mundo intensamente mediado.

Decisores políticos estão tentando manter níveis decentes de emprego e quem trabalha com informação tenta aumentar o acesso ao conhecimento arquitetando melhores ferramentas de mídia. Muitos cientistas sociais procuram entender como as mudanças nas novas mídias estão transformando a

sociedade e levantam questões que vão muito além das preocupações demonstradas por economistas. Por exemplo, há evidência de uma mudança sustentável nas relações de poder que possa gerar mais igualdade social como reflexo do desenvolvimento das TICs e das aplicações das novas mídias? Estamos nos tornando parte da engrenagem do sistema das TICs ou pessoas instruídas com poder – estamos no pior dos tempos ou há sinais de tomada de poder para os desprivilegiados socialmente?

No início da década de 1950, Harold Innis manifestou-se contra a «ideologia da tecnologia da informação». Ele não imaginava que seus efeitos nas áreas econômica, social, cultural e política, associados a uma dependência da informação eletrônica, estariam de alguma forma relacionados diretamente à melhoria do bem-estar humano. Pesquisas sobre as novas mídias na área das ciências sociais que adotam uma perspectiva crítica geralmente estão mais preocupadas com as relações de poder e com os desdobramentos sociais imprevisíveis que podem vir com a natureza da experiência humana mediada pelas TICs. A presente pesquisa apresenta um mosaico do potencial transformador das tecnologias das novas mídias, sugerindo que vivemos no melhor e no pior dos tempos. Neste artigo, indico alguns argumentos e contra-argumentos em relação a esse desenvolvimento, concluindo com a questão: que tipo de sociedade queremos?

PRENÚNCIO DO MELHOR DOS TEMPOS

Daniel Bell (1973), um dos primeiros acadêmicos a fazer referência à Sociedade da Informação, defendeu com entusiasmo considerável que a inovação tecnológica se daria de forma a revelar relações de poder existentes, abrindo a possibilidade para novos modos de ação racional, o que poderia beneficiar todos os cidadãos independentemente das pressões geradas pelo funcionamento do sistema capitalista. Neste sentido, o período pós-guerra foi interpretado amplamente como o início do «melhor dos tempos». Nas palavras de Bell, “a tecnologia é a face instrumental da ação racional... A tecnologia criou uma nova definição de racionalidade, uma nova maneira de pensar...” (Bell 1979: 515). Essa nova maneira de pensar depositou a esperança nas tecnologias de controle, liberando assim os seres humanos dos aspectos mais mundanos e repetitivos da reprodução capitalista. A criatividade humana deveria estar aberta a uma parcela maior do mercado de trabalhadores. O conhecimento precisaria ser compartilhado e distribuído mais facilmente devido aos custos decrescentes de sua reprodução. O bem-estar social poderia ser promovido com a aplicação das novas tecnologias nos campos mais diversos como a agricultura e a medicina. Essa era a promessa da inovação tecnológica.

Como Paul David e Dominique Fory (2003: 20) colocam de maneira sucinta, o conhecimento tem estado no coração do crescimento econômico e do aumento gradual dos níveis de bem-estar social desde tempos imemoriais. A habilidade de inventar e inovar, ou seja, de criar conhecimento novo e novas ideias que depois são incorporados a produtos, processos e organizações, tem sempre se prestado a abastecer o desenvolvimento

Os economistas operam com um modelo um tanto mecanicista da criação e circulação do conhecimento. Embora alguns reconheçam que o modelo linear de comunicação da informação seja por demais simplista, a maioria dos profissionais de economia entendem o envolvimento das TICs no processo de transferência do conhecimento como resultado do investimento em *software* e *hardware* mais sofisticados (Cowan et al. 2000). O desafio, nesse caso, é compreender sistemas cada vez mais complexos de transmissão de conhecimento para assegurar o máximo de benefício em termos de bem-estar econômico (Antonelli, 1999).

Concomitantemente a essa forte concentração em inovação tecnológica, discute-se sobre os aspectos perturbadores que acompanham a implantação em larga escala das novas tecnologias digitais (Freeman e Soete, 1997; Freeman e Louçã 2001; Perez 1983). Essas perturbações são atribuídas à faceta revolucionária das Tecnologias de Propósito Geral² (Bresnahan e Trajtenberg, 1995). É esperado que o funcionamento dos mercados sofra interferências resultantes das «guerras padrão», ou seja, a competição entre as empresas para ganhar mercado utilizando-se de *designs* e aplicativos tecnológicos que podem ou não ser compatíveis retroativamente com as primeiras gerações de tecnologia (Hawkings et al., 1995). Os mercados podem também sofrer a interferência positiva ou negativa de elementos externos às redes, gerando efeitos em escala a partir do investimento inicial em aplicativos que comandam redes globais (Melody, 2007). Também são desestabilizadores os desdobramentos econômicos quando se tem produtos informacionais que são produzidos e circulam num ambiente de rede, isso em virtude das especificidades da informação quando comparada a produtos palpáveis. A informação é intangível, não-competitiva e não-excludente. O resultado é que fica difícil analisar a dinâmica do mercado, onde a informação desempenha um papel importante (Mansell e Steinmueller, 2000, Stigler, 1961). Para muitos analistas, tais dissidências criam novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico.

Outros pesquisadores se concentram nos efeitos desestabilizadores que parecem estar associados à crescente dependência em relação às redes digitais e

2. General Purpose Technologies (GPT)

seus aplicativos. Esses efeitos são comumente relacionados aos «bons tempos». Por exemplo, há uma crença generalizada e contagiante no valor de mercado do conteúdo da informação (nem sempre baseada em evidências empíricas como, por exemplo, no caso da afirmação de que o efeito da cauda longa criaria novas oportunidades para a produção e venda de todos os formatos de conteúdo (Anderson, 2006). Há também muitos argumentos sobre os benefícios das aplicações das TICs tanto para consumidores quanto cidadãos, no caso desses últimos, considerando novas oportunidades de participação das decisões políticas que afetam sua vida cotidiana (Coleman, 2005).

Muitos dos argumentos a favor de uma regulamentação das mudanças com a disseminação dos aplicativos das TICs em rede indicam que em um mundo como no passado (antes da difusão em larga escala da Internet e de suas características perturbadoras), as empresas atuantes e os grupos políticos estabelecidos tinham autoridade sobre os mercados e, de maneira mais abrangente, sobre a sociedade. É claro que alguns grupos intermediários estavam representados, mas aqueles com influência mais branda eram as comunidades cooperativas com base na sociedade civil, que têm a maioria das suas atividades realizada de maneira não-lucrativa. Com a difusão da Internet, o equilíbrio de poder entre esses grupos estaria mudando (Benkler, 2006). Embora ainda tenham presença significativa, as grandes empresas monopolizadoras, como, por exemplo, a Microsoft ou o Google, e os principais integrantes do aparelho estatal, estariam perdendo autoridade. A participação das comunidades cooperativas estaria em ascensão (Mossberger et al., 2008). Os intermediários continuariam a ter a função de dinamizar os mercados e de fazer a mediação entre a sociedade civil e as instituições do Estado, como, por exemplo, o trabalho de corretores de conhecimento, organizações da sociedade civil, *think tanks*, lobistas e outros grupos de pressão. E as comunidades cooperativas emergentes estariam aderindo amplamente a valores de compartilhamento e reciprocidade. Visto que esses valores algumas vezes se cruzam com aqueles do mercado, muitos acreditam que estaríamos mais próximos de um nível maior de igualdade e justiça se comparados aos valores das lideranças direcionadas pelo mercado ou estatais (Chadwick, 2006).

Conforme ocorrem essas mudanças de posicionamento nos grupos dentro da sociedade, aderindo a valores diferenciados, discute-se quais seriam as decorrências disso na ideia comum que se tem sobre a organização da sociedade e das relativas relações de poder existentes nela. Uma nova narrativa sobre as relações de poder parece estar emergindo, ligada tanto à difusão das novas mídias e da internet quanto às expectativas com relação a uma “nova política” (Bennett, 2003). Por exemplo, uma nova distribuição do poder político e

3. Neologismo para «competição cooperativa».

econômico implicaria no fim das hierarquias institucionais (vide os modelos organizacionais mais planos associados à estrutura de rede aberta) e numa gama de relações de rede mais fluída e esgarçada, localmente, regionalmente e globalmente. Logo após o surgimento do GPL (GNU General Public License) e do decolar dos *softwares* de código aberto (ver Berdou, 2009 no prelo), aumentaram as pressões para a volta de muitos aspectos da proteção à propriedade intelectual como estímulo à criatividade em geral e ao empreendimento científico em particular (Bergquist e Ljunberg, 2001; David 2004). Acredita-se que o aumento nas atividades das comunidades cooperativas *on-line* indica, mesmo no espaço mercadológico, a prevalência da cooperação sobre a competição. Alguns preferem pensar em termos de modelos híbridos, como os sugeridos pela “coopetição”³ (Brandenburger e Nalebuff, 1996). No entanto, as relativas mudanças de poder na ordem social são em grande parte interpretadas como se empreendedores intermediários e comunidades cooperativas estivessem em melhor posição para exercer poder na economia e na sociedade. A ideia de que “todos se tornam produtores de conteúdo” no mundo da Web 2.0 está alinhada com este pensamento (O’Reilly, 2005).

Em termos da prática democrática, o *ethos* da «nova política» parte da ideia de que todo mundo (ou quase) agora tem a possibilidade de interagir *on-line*. Os cidadãos podem participar de debates públicos descentralizados no papel de novos produtores de mídia, seja como blogueiros, produtores de mensagens curtas de texto ou de e-mail. Acredita-se que o cidadão, nesse contexto, ganha poder. Nesse modelo ideal, espera-se que a democracia direta ou modelos aprimorados de democracia representativa ganhem destaque com base na *e-democracia* e nos *e-services* governamentais. Essas expectativas são comumente associadas à emergência de novas vozes e novos movimentos sociais, visíveis em protestos esporádicos acontecendo pelo mundo.

As novas mídias e as novas formas de empoderamento político estão associadas às práticas comunicativas digitais e às aspirações por modelos de organização distributivos resultantes do encurtamento do tempo e do espaço, e da alegação de que há um aumento da igualdade nos entremeios dos *hubs* e *spokes* das redes. Isso antecipa modos cooperativos e coletivos de produção e circulação da informação. A nova política envolveria uma rede de cidadãos com distribuição plana. Lance Bennett (2003) sugere que estas redes têm estrutura esgarçada, são rasas ideologicamente e baseiam-se, mais amplamente do que o faziam no passado, numa identidade ou num questionamento. Muitas dessas redes estimulam um intenso entrosamento pessoal através do uso de mídias personalizadas e operam em esferas públicas múltiplas. Em suma, as novas mídias dariam suporte para a transformação organizacional e política a partir

de suas novas formas de ativismo na rede (Della Porta e Tarrow, 2004). Esses avanços criam a expectativa de uma mudança sustentável no poder político e econômico, em consonância com o «melhor dos tempos».

A RELAÇÃO DIALÉTICA COM O PIOR DOS TEMPOS

Sem desprezar as provas desse desenvolvimento, é importante levar em consideração os novos tipos de atividade *on-line* e relacionar suas consequências *off-line* tendo em vista uma ação econômica, política e social. O que essas atividades nos dizem sobre o potencial de empoderamento e suas consequências no mundo *off-line*? Existe a probabilidade de que o potencial de empoderamento das novas mídias aconteça numa relação dialética com as novas formas de desempoderamento? Vejamos, por exemplo, a experiência das ações de protesto em torno da preocupação ambiental de proteção às florestas. Ainda que redes midiáticas mais novas ou mais antigas possam ser usadas para aumentar a conscientização sobre a ameaça representada pela indústria florestal, há árvores em locais distantes como o Canadá e a Índia (Jain, 1984; Reed, 2000). Eventos têm sido organizados pelos «abraçadores de árvore» para proteger as florestas, mas geralmente o desmatamento continua acontecendo e autorizações são dadas pelos governos para que seja assim. Os movimentos sociais engajados podem utilizar-se das novas mídias para alardear com muita eficiência sua posição contrária, mas o que se tem como consequência geralmente não é nenhum dano ambiental a menos do que na era anterior ao advento da internet e outras novas mídias.

De maneira similar, a experiência da introdução das tecnologias das novas mídias, como a do telefone celular, muito difundido no contexto de alguns países em desenvolvimento, pode ser ao mesmo tempo empoderadora e desempoderadora para os usuários. Quando uma perspectiva de gênero, por exemplo, é observada a partir da experiência com telefones celulares na Zâmbia, as evidências indicam que as mulheres podem ser desempoderadas ao mesmo tempo em que podem experimentar empoderamento pela possibilidade de entrar em contato com serviços de saúde e de se comunicar mais efetivamente com os membros de sua comunidade. Na Zâmbia, um estudo concluiu que as mulheres relatam problemas de desconfiança e ciúmes e, em alguns casos, de agressões físicas e verbais quando seus maridos descobrem o uso que estão fazendo de seus telefones (Wakunuma, 2007).

Evidências sugerem que podem haver mudanças em função da geração no empoderamento dos grupos sociais com estrutura mais difusa. Por exemplo, o padrão de uso das novas mídias por pessoas mais jovens aparentemente é diferente daquele das gerações mais velhas (Livingstone, 2009; Livingstone e

Haddon, 2009). Mas essa evidência é, por enquanto, ambígua, já que não temos estudos populacionais conclusivos de longo prazo para observar se esse padrão de uso intensivo se mantém conforme as pessoas amadurecem e assumem responsabilidades adultas em casa e no trabalho. Há também novos riscos para as crianças a partir de seu contato com estranhos no mundo *on-line*. Somado a isso, há algumas evidências de que alguns usuários da internet se desapegam (Wyatt et al., 2003), não querendo mais interagir *on-line*.

Em nossa interpretação das evidências empíricas sobre as formas cambiantes de comunicação que estão na base da sociabilidade e da economia e que se associam ao crescente avanço das novas mídias – pelo menos nas sociedades mais abastadas –, é importante levar em consideração o comentário daqueles que têm estudado mais de perto a história da comunicação e da cultura mediadas. Acadêmicos como John Thompson, por exemplo, enfatizam a contradição que está frequentemente relacionada à comunicação mediada. O autor ressalta que deveríamos ser cautelosos em relacionar de forma simplista o advento de uma nova geração tecnológica com suas consequências na sociedade e reconhecer que a mediação tem decorrências indeterminadas (Thompson, 1995). Na mesma linha, Roger Silverstone enfatiza que em lugares onde a tecnologia faz a mediação das relações humanas é provável que haja um desvio dos benefícios na direção daqueles que não estão no centro do poder econômico e político (Silverstone, 2007). Ao tratarmos das relações entre o poder, as novas mídias e a cultura mediada devemos ter o cuidado de levar em consideração as maneiras pelas quais os possíveis benefícios podem ser desviados. A ideia de que o empoderamento para os cidadãos seja o efeito «natural» das relações nas redes que permeiam a sociedade não leva em conta as consequências indeterminadas que podem haver em suas relações de poder.

Alguns pesquisadores (Flew, 2008; Jenkins, 2005, 2006; e Tapscott e Williams, 2008) insistem em divulgar que as novas formas de mediação estão dando origem a uma inteligência coletiva ou à colaboração em massa numa escala global. Há pesquisas sobre interatividade em jogos *on-line* e plataformas digitais, nos quais a interação entre usuários (através de seus avatares) interfere nos resultados de outros usuários e em que, como no caso do *Second Life*, há ferramentas para a troca de ativos virtuais, como capital. Algumas das pessoas que trabalham nesse campo são campeãs de argumentos por um «turno participativo», que estaria associado com a interatividade dos aplicativos da Web 2.0. Muitos acadêmicos referem-se à cultura de convergência (Jenkins, 2006), cultura de participação (Jenkins, 1992), inovação democratizante (von Hippel, 2005), *produsage*⁴ (Bruns, 2008), wikinomia (Tapscott e Williams, 2006), como evidência da forma com que as novas mídias possibilitariam a

4. Denominador de um sistema

interatividade facilitando oportunidades de empoderamento para aqueles que participam.

Contudo, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais estão na base das redes utilizadas pelos movimentos sociais potencialmente empoderadores e dos novos modos de produção cultural, o aparelho estatal está se tornando mais inclinado a usá-las para promover a vigilância do cidadão em sua vida pública e (cada vez mais) na vida privada (Ball e Wood, 2006; Lyon, 2003b). Em muitos países a implantação de câmeras de vigilância para monitorar o comportamento das pessoas está aumentando, as tecnologias do microchip estão sendo usadas para monitorar sua movimentação. As concepções usuais de privacidade estão sendo colocadas em xeque tanto legalmente como na prática pela introdução de aplicativos como o visualizador de ruas do Google⁵. Esforços para limitar o acesso a informações pessoais que estão em poder do Estado e do setor privado são dificultados tanto pela relutância dos indivíduos ou pela inabilidade de seguir procedimentos de segurança quanto pela vontade das cortes de permitirem intrusões em nome da segurança e da produção pública (Braman, 2006; Whitley et al., 2008). Somado a isso, as redes de troca eletrônica estão operando fora do controle ou do monitoramento das autoridades governamentais, como testemunhado pela realidade difícil da recessão econômica, agora sentida num espectro global na primeira década do século XXI.

5. Google Street View

Este desenvolvimento deriva em parte das práticas sociais de quem estabelece como as novas mídias estão sendo utilizadas. No nível técnico, há também muitos progressos que se coadunam com as expectativas elevadas pelo empoderamento dos desprivilegiados. Há quem sugira que a crescente intensidade da formação de redes é consistente com a confusão coletiva, o caos e a desordem social (Feenberg, 1992, 2008). Essa possibilidade tem diversas origens. Independente do progresso no desenvolvimento de ferramentas para administrar grandes quantidades de dados armazenados, as atuais práticas de metadados e meta-informação são usadas por uma minoria. A pesquisa sobre esse tema na área de ciências da computação ainda precisa se desenvolver a ponto de lidar com a maioria das situações do mundo real, das situações cotidianas nas quais há necessidade de processar (e fazer sentido) dos vastos e crescentes bancos de informação. O aspecto do *design* das ferramentas, algoritmos e programas, incluindo os mecanismos de busca, que nos permitem encontrar informações, ainda está em sua infância (Himma, 2007). A infraestrutura da informação que sustenta muito do funcionamento da sociedade hoje é menos que robusta, de acordo com muitos engenheiros de *software* (Mansell e Collins, 2005). É fraca sua capacidade de suportar ataques de diversos tipos, de *pranksters* e daqueles que desejam causar danos econômicos ou sociais aos outros (Jordan e Taylor, 2004; Matusitz, 2008).

ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS

À luz dessa avaliação das novas mídias e seus efeitos tanto de empoderamento quanto desempoderamento, como podemos entendê-las em termos de uma influência no poder social e econômico? Se adotarmos uma postura cética a respeito dos argumentos e contra-argumentos, poderíamos concordar que, como em *Um conto de duas cidades*, os atuais desenvolvimentos da sociedade da informação estão implicados tanto no melhor quanto no pior dos tempos. Ao passo que as novas mídias sustentam o potencial para a criação de conteúdos midiáticos diversificados e de uma gama de novas formas de atribuição de valor simbólico, não é claro como os benefícios estão sendo partilhados. No contexto das mídias tradicionais, o recurso da imprensa a informações armazenadas em formato de gráfico significa que é maior o risco de termos um quadro enganoso dos eventos. Os editores não monitoram mais a proveniência destas informações da mesma forma que os *gatekeepers* conseguiam fazer no passado (Beckett e Mansell, 2008). O uso de *mash-ups* e a crescente diversidade de canais de saída para os conteúdos midiáticos mostram que as regras tradicionais que governavam a mistura entre propaganda, comentário editorial e entretenimento não pode mais ser facilmente monitorada ou regulada por qualquer instituição com autoridade – com certeza não numa escala global.

Os novos meios de produção e reprodução de sentidos através das mídias dominantes e das redes distributivas (incluindo tecnologias móveis, TV digitais) em conjunto com novas plataformas para mídias alternativas ou cidadãos – representando um amplo espectro de posições políticas, indicam que há oportunidade para mais pontos de vista serem expressados e testemunhados por outros a distância (Chouliaraki, 2006). Evidentemente, isso não significa que há maior aceitação ou mais respeito por aqueles que divergem de nós. Somado a isso, as novas redes eletrônicas espalhadas pelo mundo oferecem melhores oportunidades para o monitoramento da fala e das ações através de vigilância e de novos métodos de “ordenação social” (Lyon, 2003a). Conforme esse desenvolvimento ocorre, aqueles que buscam controlar a atividade social estão encontrando novos meios de rebatizar quem tripudia e tentar atingir os outros – os «hacktivistas»⁶ - como os cyber-terroristas de um tipo ou outro. Ao promover a linguagem da guerra ao terror e de outras retóricas similares, a capacidade dos cidadãos de terem uma reflexão crítica fica suprimida, não apenas para sua própria proteção, mas também como resultado da propagação de mensagens com vírus cuja proveniência não está disponível para quem recebe.

As questões de pesquisa mais urgentes diante de uma cacofonia de argumentos e contra-argumentos sobre os aspectos de empoderamento das

6. *Hackers + ativistas*

novas mídias incluem: 1) Quais as pressões pela mercantilização de sentidos advindas daqueles que tentam lucrar com nossas relações dentro dos novos espaços midiáticos? 2) Quais as principais contradições nas produções simbólicas e materiais dos novos ambientes mediados? Essas questões são parecidas com as que foram estudadas historicamente por economistas políticos da mídia e da comunicação (Mosco, 1996). Elas não são menos importantes hoje. O desafio é o de discernir quais desigualdades estão sendo reproduzidas, por quem e com quais consequências. É fácil ser cativado pelos acenos do potencial de empoderamento, mas não devemos perder de vista o fato de que os sustentáculos da sociedade continuam desiguais. A questão é que instituições são ordenadas a agir para aliviar as contradições do capitalismo no momento em que re-emergem em sociedades mediadas pelas TICs.

Não devemos perder a visão geral da trajetória de mudanças nas relações de poder, não apenas como decorrência das novas mídias, mas dentro da sociedade como um todo. É fundamental considerar a cultura mediada em termos do potencial de empoderamento e do aumento da passividade por parte dos cidadãos. Na esfera midiática, a passividade é comumente discutida como desapego de um crescente número de cidadãos em relação aos procedimentos formais da política, por exemplo, nos estudos sobre votação (Couldry et al., 2007). Quando há declínio no número de eleitores, há discussões sobre o papel do *marketing* político e do gerenciamento de relações normalmente usando as novas mídias como no caso da campanha de Obama nos Estados Unidos (Dupuis e Boeckelman, 2007; Gummesson, 2002; Henneberg e O'Shaughnessy, 2007). Contudo, o resultado não é necessariamente uma panaceia que levará a uma maior igualdade social ou para o empoderamento dos cidadãos no mundo *off-line*.

Crucialmente, desde que as discussões sobre interatividade *on-line* começaram a decolar na comunidade acadêmica na década de 1970, alguns pesquisadores têm se preocupado com o fato de que muitos desses desenvolvimentos aumentam nossa capacidade de “servir-nos” a nós mesmos (Gershuny e Miles, 1983). As novas mídias ofereceriam lógicas de produção e consumo novas ou alternativas que favoreceriam o empoderamento pelo modo como reconfiguram os paradigmas da produção-consumo mais antigos. A afirmação normalmente não questionada é a de que a participação do usuário na interatividade se baseia em práticas criativas e colaborativas abertas, transparentes e empoderadoras para o consumidor ou para o cidadão. Mas quão extensivas são as novas oportunidades para que usuários se apropriem dos recursos fornecidos pelas empresas a ponto de colocá-los para trabalhar a favor de

7. Autoatendimento

suas próprias necessidades? Há muitos contextos do uso das novas mídias que são inconsistentes com esse quadro. Outra leitura desse desenvolvimento são os exemplos da expansão das atividades do tipo «self-servicing»⁷, alinhadas muito de perto com as práticas que corroem a autonomia individual e incitam aos cidadãos a seguirem um caminho de desempoderamento.

Pesquisadores apontam para o fato de que há um movimento na direção dos «self-serving» dentro dos lares e ainda para as maneiras pelas quais esse filão pode se espalhar no varejo e em setores dos serviços governamentais. Espera-se que cada vez mais os indivíduos assumam responsabilidade por sua própria provisão de serviços, mas sua habilidade para controlar e exercer poder sobre seu meio ambiente parece não aumentar como consequência disso. Conforme é possível interagir *on-line*, nos tornamos mais responsáveis individualmente pela possibilidade de fazer nossa vida produtiva e com sentido. Pesquisas históricas mostram que o uso das TICs é sempre influenciado e moldado pelo seu contexto de uso (Marvin, 1988). Há muitas maneiras pelas quais praticamente a mesma tecnologia digital pode ser apropriada por aqueles cujos valores e aspirações são substancialmente diferentes uns dos outros (Mansell e Silverstone, 1996; Miles e Thomas, 1995; Silverstone e Hirsch, 2002). Mais recentemente, o estudo de Richard Sennett sobre mudanças e práticas na força no trabalho o levou a observar que “as pessoas podem ativamente entrar em sua própria passividade” através de seu desengajamento com a política e com sua participação em atividades “self-servicing” (Sennett, 2006: 161). Isso é consistente com discussões teóricas como as feitas por Beck (1992) sobre a individualização, e Bauman (2006) com relação à modernidade líquida. Se o resultado das mudanças associadas à disseminação das novas mídias tende nessa direção, então pareceria extremamente difícil de manter as ideias e práticas associadas com a responsabilidade coletiva em relação aos indivíduos, a ordem social e o mundo físico a nossa volta.

Seguindo o raciocínio de Castells, nos deparamos com o argumento de que embora haja pouco esclarecimento sobre como as novas mídias irão influenciar a ordem social, as práticas de autocomunicação de massa dão margem à esperança de que as autoridades responsáveis utilizarão seu poder em favor dos insurgentes ou de grupos da sociedade civil mais preocupados com a igualdade social. Castells, contudo, observa com cautela que ainda que comunidades insurgentes na rede ou comunidades cooperativas possam mudar os “corações e mentes”, elas são influenciadas pela maneira como atores dominantes criam novos espaços eletrônicos para conter essas mesmas comunidades (Castells, 2009).

INVERNO DE DESESPERO; PRIMAVERA DE ESPERANÇA

A visão de que o desenvolvimento em torno das novas mídias ocorrido na primeira década do século XXI está levando a um «inverno de desespero» é sustentada por uma gama de afirmações que incluem o fato de que as normas e os padrões para as novas tecnologias permanecem sendo amplamente competitivos. Não é certeza que todos os cidadãos acharão fácil acessá-las ou participar desses mercados competitivos. As mídias, independente da plataforma de distribuição, continuam a produzir conteúdo que incita a falta de confiança, a violência, o sofrimento e a vitimização em suas representações do outro. Independente do entusiasmo pelas redes abertas, pelo compartilhamento de conteúdo e pelos modelos cooperativos, continuam a haver relações conflituosas entre as diferentes partes interessadas. Essas não parecem decrescer conforme a comunicação em redes múltiplas se intensifica. Há relativamente poucos sinais de que as diferenças entre grupos sociais ou econômicos estão sendo percebidas de forma construtiva nos novos ambientes midiáticos. Ao invés disso, as representações das diferenças são frequentemente usadas para estimular o medo e para cunhar novos fantasmas populares de nosso tempo (Cohen, 2002).

No sentido contrário disso, contudo, há progressos que podem dar margem a uma «primavera de esperança». Em todos os níveis sociais discute-se sobre as interseções entre a mídia (e as novas mídias) e os direitos humanos (Hamelink, 2008). Essa discussão corre paralelamente com aquela de quais são os saberes e habilidades relacionados às novas mídias necessários para permitir que as pessoas façam sentido de suas vidas mediadas e possam agir de acordo com suas próprias escolhas de maneiras consideradas empoderadoras (Mansell, 2009a). Na arena política e na literatura acadêmica vemos alguns esforços pela manutenção da dignidade dos seres humanos através de medidas que aumentem a igualdade e através de iniciativas de sistematização da informação ou dos direitos comunicacionais e garantias na linha das convenções básicas na área dos direitos humanos (Dakroury, 2009a, b). A informação sobre as novas mídias hoje é raramente considerada apenas nos termos de um conjunto de habilidades técnicas para acessar e usar novos aplicativos. É discutida de maneira mais geral como amplo espectro de capacitações necessárias na área de educação, para participação política, para o empreendedorismo, e para gerenciar parcerias em relações na rede, tanto próximas quanto a distância. Mais amplamente do que há uma década, aceita-se que todas as formas de construção de capacitações e aprendizados demandem novas capacidades de navegação e de produção de sentido no novo mundo mediado.

CONCLUSÃO

A sabedoria não está associada à escolaridade de maneira óbvia na tradição das ciências sociais. Contudo, numa era de contestação de valores, devemos nos perguntar se um observador no futuro olharia para o nosso tempo e concluiria ser uma «era de sabedoria». A evidência empírica de que temos as características do ambiente mediado do início do século XXI sugere de maneira razoavelmente conclusiva que, não obstante a progressão das novas mídias dentro da economia e da sociedade, as relações de poder são sempre contestadas. Não estamos ingressando numa esfera social em que relações de poder desiguais desaparecem. Há algumas mudanças de poder. Aqueles que estavam inicialmente em posições de comando, explorando indivíduos em vários segmentos da sociedade, estão sendo isolados. Há benefícios evidentes para uma melhor condição de subsistência em alguns casos. Deveríamos comemorar tais desenvolvimentos pontuais. Mas ao mesmo tempo precisamos reconhecer que essas instâncias não são nem o produto de um determinismo tecnológico, nem de um determinismo cultural ou social. Elas são o produto da interseção marcada entre o técnico e o social – cuja replicação não pode, ou não deveria, ser dada como garantida.

Devemos ainda reconhecer que a história indica que estruturas de controle e práticas que sejam discriminatórias tendem a re-emergir (Beniger, 1986). Elas podem não repetir o passado, mas criam novos desafios à ordem social. Apesar do potencial democratizante das novas tecnologias midiáticas, a evidência sugere que essas oportunidades não são uma panaceia para males sociais preexistentes tanto quanto a democracia na prática é invariante. Se formos capazes de olhar para trás e virmos a presente era com alguma esperança de considerá-la uma era de sabedoria, essas observações devem ser consideradas, especialmente à luz do apontamento de quais valores são incorporados aos sistemas técnicos de nosso tempo. Esses são contestados e nós precisamos de um debate contínuo sobre a moralidade de nossa era mediada – um debate que leve à ação direcionada, ao moldar um ambiente mais igualitário e com abertura a mais membros da população mundial.

Podemos começar retomando a questão: que tipo de sociedades mediadas queremos? Quando essa questão for respondida, devemos considerar de quem se trata esse «nós»? Quem está decidindo por quem e até que ponto as decorrências dessas decisões respeitam a dignidade e o bem-estar humanos? Vistas a partir de um padrão de respeito, elas precisam ser investigadas e trabalhadas por uma complexa gama de instituições e práticas. As táticas e estratégias que nos possibilitariam apropriar as técnicas das novas mídias de produção sócio-cultural a favor da redução das desigualdades em todas as esferas da vida e com

vistas à melhoria do bem-estar humano emergirão apenas como resultado dos esforços em superar essas difíceis questões. ■

REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, C. *The Long Tail: Why the Future of Business is Selling Less of More*. New York: Hyperion, 2006.
- ANTONELLI, C. *Microdynamics of Technological Change*. London: Routledge, 1999.
- BAUMAN, Z. *Liquid Fear*. Cambridge: Polity, 2006.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.
- BECKETT, C. and MANSELL, R. Crossing Boundaries: New Media and Networked Journalism. *Communication, Culture & Critique*, 2008, 1(1): 90-102.
- BELL, D. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books, 1973.
- BELL, D. The Social Framework of the Information Society, in M. L. Dertouzos and J. Moses (eds.). *The Computer Age: A 20 Year View*. Cambridge MA: MIT Press, 1979, pp. 500-549.
- BENIGER, J. R. *The Control Revolution: Technological And Economic Origins of the Information Society*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1986.
- BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven CT: Yale University Press, 2006.
- BENNETT, W. L. New Media Power: The Internet and Global Activism. In: N. Couldry and J. Curran (eds.). *Contesting Media Power*. Lanham MD: Rowman & Littlefield, 2003, pp. 17-37.
- BERDOU, E. *Organization in Open Source Software Communities: At the Crossroads of the Gift and Market Economies*. New York: Routledge, 2009 (no prelo).
- BERGQUIST, M. and LJUNGBERG, J. The Power of Gifts: Organizing Social Relationships in Open Source Communities. *Information Systems Journal*, 2001,11(4): 305-320.
- BRAMAN, S. Tactical Memory: The Politics of Openness in the Construction of Memory. *First Monday*, 2006,11(7): np.
- BRANDENBURGER, A. and Nalebuff, B. *Co-Opetition: A Revolution Mindset That Combines Competition and Cooperation*. New York: Doubleday, 1996.
- BRESNAHAN, T. F. and Trajtenberg, M. General Purpose Technologies 'Engines of Growth? *NBER Working Paper Series*, 1995, WP4148, np.
- BRUNS, A. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Prodsusage*. New York: Peter Lang, 2008.
- CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CHADWICK, A. Community, Deliberation, and Participation, in A. Chadwick (ed) *Internet Politics: States, Citizens, and New Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp.83-113.

- CHOULIARAKI, L. *The Spectatorship of Suffering*. London: Sage, 2006.
- COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics, Third Edition*. London: Routledge, 2002.
- COLEMAN, S. The Lonely Citizen: Indirect Representation in an Age of Networks. *Political Communication*, 2005, 22(2): 197-214.
- COULDRY, N., Livingstone, S. and Markham, T. *Media Consumption and Public Engagement: Beyond the Presumption of Attention*. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- COWAN, R., DAVID, P. A. and FORAY, D. The Explicit Economics of Knowledge Codification and Tacitness, *Industrial & Corporate Change*, 2000, 9(2): 211-254.
- DAKROURY, A. *Communication and Human Rights*. Dubuque, IA: Kendall Hunt Publishing, 2009a.
- _____ et al. (eds.). *The Right to Communicate: Historical Hopes, Global Debates and Future Premises*. Dubuque, IA: Kendall Hunt Publishing, 2009b.
- DAVID, P. A. Can 'Open Science' be Protected from the Evolving Regime of Intellectual Property Rights Protections. *Journal of Theoretical and Institutional Economics*, 2004, 160: 1-26.
- DAVID, P. A. and Foray, D. Economic Fundamentals of the Knowledge Society. *Policy Futures in Education*, 2003, 1(1): 20-49. DELLA PORTA, D. and Tarrow, S. (eds.). *Transnational Protest and Global Activism*. Lanham MD: Rowman & Littlefield, 2004.
- DICKENS, C. *A Tale of Two Cities*. New York: Penguin Classic, [1859] 2003.
- DUPUIS, M. and BOECKELMAN, K. *Barack Obama, The New Face of American Politics*. New York: Praeger, 2007.
- FEENBERG, A. From Critical Theory of Technology to the Rational Critique of Rationality. *Social Epistemology: A Journal of Knowledge, Culture and Policy*, 2008, 22(1): 5-28.
- FEENBERG, A. Subversive Rationalization, Technology, Power, and Democracy. *Inquiry - an Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 1992, 35(3-4): 301-322.
- FLEW, T. *New Media: An Introduction*. 3rd ed. Melbourne: Oxford University Press, 2008.
- FREEMAN, C. and LOUÇÃ, F. *As Time Goes By: From the Industrial Revolutions to the Information Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____ and SOETE, L. *The Economics of Industrial Innovation, Third Edition*. London: Pinter (A Cassel Imprint), 1997.
- GERSHUNY, J. and MILES, I. *The New Service Economy: The Transformation of Employment in Industrial Societies*. London: Pinter, 1983.
- GUMMESSON, E. Practical Value of Adequate Marketing Management Theory. *European Journal of Marketing*, 2002, 36(3): 325-349.
- HAWKINS, R., MANSELL, R. and SKEA, J. (eds.). *Standards, Innovation and Competitiveness: The Politics and Economics of Standards in Natural and Technical Environments*. Cheltenham: Edward Elgar, 1995.
- HAMELINK, C. J. Urban Conflict and Communication. *International Communication Gazette*, 2008, 70(3-4): 291-301.

- HENNEBERG, S. and O'SHAUGHNESSY, N. Theory and Concept Development in Political Marketing: Issues and an Agenda. *Journal of Political Marketing*, 2007, 6(2/3): 5-31.
- HIMMA, K. E. The Concept of Information Overload: A Preliminary Step in Understanding the Nature of a Harmful Information-related Condition. *Ethics and Information Technology*, 2007, 9(4): 259-272.
- INNIS, H. A. *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press, 1951.
- JENKINS, H. *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press, 2006.
- . Games: Technology, Industry, Culture in T. Flew and S. Humphreys (eds.). *New Media: An Introduction* (2nd edn). Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 101-114.
- . *Textual Poachers: Television Fans & Participatory Culture*. London: Routledge, 1992.
- JORDAN, T. and TAYLOR, P. *Hactivism: Rebels with a cause?* London: Routledge, 2004.
- LIVINGSTONE, S. *Children and the Internet: Great Expectations, Changing Realities*. Cambridge: Polity, 2009.
- and HADDON, L. EU Kids Online: Final Report, LSE, London: EU Kids Online (EC Safer Internet Plus Programme Deliverable D6.5), 2009, June.
- LYON, D. *Surveillance as Social Sorting*. London: Routledge, 2003a.
- . *Surveillance After September 11*. Cambridge: Polity, 2003b.
- MANSELL, R. The Power of New Media Networks. In: R. Hammer and D. Kellner (eds.). *Media/Cultural Studies: Critical Approaches*. New York: Peter Lang, 2009a, pp.107-122.
- (ed.). *The Information Society – Critical Concepts in Sociology, Volume 1*. London: Routledge, 2009b.
- MANSELL, R. and Collins, B. S. (eds.). *Trust and Crime in Information Societies*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.
- and Steinmueller, W. E. *Mobilizing the Information Society: Strategies for Growth and Opportunity*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- and Silverstone, R. (eds.). *Communication by Design: The Politics of Information and Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MARVIN, C. *When Old Technologies Were New: Thinking About Electric Communication in the Late Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- MATUSITZ, J. Cyberterrorism: Postmodern State of Chaos. *Information Security Journal: A Global Perspective*, 2008, 17(4): 179-197.
- MELODY, W. H. Markets and Policies in New Knowledge Economies. In: R. Mansell, C. Avgerou, D. Quah and R. Silverstone (eds.). *The Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 55-74.

D

Poder, cultura das mídias e novas mídias

- MILES, I. and THOMAS, G. User Resistance to New Interactive Media: Participants, Processes and Paradigms. In: M. Bauer (ed.). *Resistance to New Technology: Nuclear Power, Information Technology, and Biotechnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 255-275.
- MOSSBERGER, K., TOLBERT, C. J. and MCNEAL, R. S. *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*. Cambridge MA: The MIT Press, 2008.
- MOSCO, V. *The Political Economy of Communications*. London: Sage, 1996.
- MOUFFE, C. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?. *Social Research*, 1999, 66(3): 746-58.
- PEREZ, C. Structural Change and the Assimilation of New Technologies in the Economic and Social System. *Futures*, 1983, 15(4): 357-75.
- REED, M. G. Taking Stands: A Feminist Perspective on “Other” Women’s Activism in Forestry Communities of Northern Vancouver Island. *Gender, Place and Culture*, 2000, 7(4): 363-387.
- SENNETT, R. *The Culture of the New Capitalism*. New Haven CT: Yale University Press, 2006.
- SHANNON, C. E. and WEAVER, W. *Mathematical Theory of Communication*. Urbana IL: University of Illinois Press, 1949.
- SILVERSTONE, R. *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*. Cambridge: Polity, 2007.
- SILVERSTONE, R. and Hirsch, E. (eds.). *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Spaces*. London: Routledge, 1992.
- STIGLER, G. J. The Economics of Information, *Journal of Political Economy*. 1961, 69(3): 213-225.
- TAPSCOTT, D. and WILLIAMS, A. D. *Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything*. New York: Penguin Group, 2008.
- THOMPSON, J. B. *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity, 1995.
- VON HIPPEL, E. *Democratizing Innovation*. Cambridge MA: MIT Press, 2005.
- WIENER, N. *The Human Use of Human Beings: Cybernetics and Society*. New York: Doubleday and Company Inc., 1956.
- WHITLEY, E. A., HOSEIN, I. R., ANGELL, I. O. and DAVIES, S. Reflections on the Academic Policy Analysis Process and the UK Identity Cards Scheme, *The Information Society*, 2007, 23 (1): 51-58.
- WYATT, S., THOMAS, G., and TERRANOVA, T. They Came, They Surfed, They Went Back to the Beach: Conceptualizing Use and Non-Use of the Internet, in S. Woogar (ed.). *Virtual Society? Get Real! Technology, Cyberbole, Reality*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 23-40.

Endereços eletrônicos

BALL, K. and WOOD, D. (eds.). A Report on the Surveillance Society for the Information Commissioner. London: Surveillance Studies Network, Setembro, 2006. Disponível em: <<http://scholar.google.co.uk/scholar?start=10&q=Surveillance+Society&hl=en>>

JAIN, S. Standing Up for Trees: Women's Role in the Chipko Movement, *Unasylva*, 1984, 36(4). Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/R0465E/ro465e03.htm>>

O'REILLY, T. Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software, 2005. Disponível em: <<http://oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>

WAKUNUMA, K. J. Mobiles Reinforce Unequal Gender Relations in Zambia, *Id21 Insights*, Brighton: Institute of Development Studies at Sussex at, 2007. Disponível em: <<http://www.id21.org/insights/insights69/arto3.html>>

Traduzido por **ANDREA LIMBERTO LEITE**

Artigo recebido em 6 de agosto e aprovado em 3 de setembro de 2009.